

Título do capítulo	CAPÍTULO 17 – UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DA UFFS – <i>CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL</i>
Autores(as)	Luis Claudio Krajevski
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-030-1/capitulo17

Título do livro	UNIVERSIDADE E TERRITÓRIO: ENSINO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL DO SÉCULO XXI
Organizadores(as)	Fernando Cezar de Macedo Aristides Monteiro Neto Danilo Jorge Vieira
Volume	-
Série	-
Cidade	Brasília
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2022
Edição	1ª
ISBN	978-65-5635-030-1
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-030-1

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea 2022

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesso: <http://www.ipea.gov.br/porta/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DA UFFS – CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL¹

Luis Claudio Krajevski²

1 INTRODUÇÃO

Entre as diversas iniciativas com vistas à expansão do ensino superior brasileiro, o caso da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) é proeminente, se não simbólico. O processo de criação e sua relação com a comunidade regional, o caráter *multicampi* – presente nos três estados da região Sul – e a ênfase no desenvolvimento regional são algumas de suas características. Mas há outras peculiaridades que demonstram que a universidade em questão é ímpar, sendo que a existência do *Campus* Laranjeiras do Sul, município do interior paranaense, reforça essa assertiva.

O objeto da pesquisa é o Território Cantuquiriguaçu. Este surgiu em decorrência do Programa Territórios da Cidadania (PTC) e é composto por vinte municípios, tendo população projetada de 240.879 habitantes em 2017.³ A desigualdade socioeconômica regional é explícita, sendo que os indicadores apontam esta como uma das regiões menos desenvolvidas do Paraná, além de suas desigualdades intrarregionais. Dessa maneira, busca-se investigar a relação entre universidade e desenvolvimento regional, mais especificamente como a UFFS (*Campus* Laranjeiras do Sul) tem influenciado o desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu.

Este trabalho utiliza a abordagem dialética, buscando explorar as contradições alusivas ao desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu. A pesquisa utilizou-se da metodologia bibliográfica-documental. As principais fontes de dados foram o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes). Entre os indicadores coletados, destacam-se: população; produto interno bruto (PIB) *per capita*; e índice de de-

1. Este estudo decorre, em parte, da tese de doutorado *A importância da UFFS/Campus Laranjeiras do Sul (PR) e o desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu*, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Fundação Universidade Regional de Blumenau (PPGDR/Furb) (Krajevski, 2018).

2. Professor de economia da UFFS e colaborador técnico do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mails: <luisclaudio@uffs.edu.br>; <luisck@ufpr.br>.

3. Disponível em: <<https://bit.ly/3LW5ub7>>. Acesso em: 2 jan. 2020.

envolvimento humano (IDH). Com relação às variáveis referentes à universidade, foram coletados dados gerados pela própria UFFS, os quais permitiram analisar os resultados iniciais, bem como seus efeitos sobre o desenvolvimento regional.

Este trabalho é constituído por cinco seções, incluindo-se esta introdução. Na seção 2, analisa-se a relação existente entre a universidade e o correspondente desenvolvimento da região em que está situada. Na seção 3, disserta-se a respeito do Território Cantuquiriguaçu, explicitando-se sua história e suas características. Na seção 4, revelam-se os resultados e a respectiva discussão destes, com vistas a embasar este estudo. Por fim, apresentam-se as conclusões.

2 DESENVOLVIMENTO E UNIVERSIDADE

A relação universidade-desenvolvimento não é recém-chegada no debate acadêmico. Especificamente quanto ao desenvolvimento regional, as investigações, caracterizadas em estudos de caso, têm contribuído para a melhor compreensão dos fenômenos decorrentes dessa conexão. Dessa maneira, cabe delinear sobre algumas perspectivas que orientam este estudo a respeito do desenvolvimento, especialmente o regional e o das universidades. Essas perspectivas são essenciais para a análise entre a UFFS e o desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu.

2.1 Desenvolvimento

A discussão sobre o que vem a ser desenvolvimento comumente é ampla, complexa e inconclusiva. Para Esteva (2000), o desenvolvimento fora tratado como sinônimo de evolução no passado. Muito embora a discussão a respeito do desenvolvimento englobe diversas áreas, a ideia ainda está muito relacionada ao campo econômico. Certamente, o desenvolvimento econômico é uma das subdivisões do desenvolvimento. Entretanto, limitar a compreensão desse tema à economia parece ser um grave equívoco.

O desenvolvimento econômico trata como objeto a atividade produtiva. Furtado (2009), por exemplo, entende o desenvolvimento econômico como fruto de modernas técnicas e arranjos produtivos, os quais elevariam a produtividade do trabalho, sendo que “à medida que cresce a produtividade (...) aumenta a renda social, isto é, a quantidade de bens e serviços disponíveis a população” (*op. cit.*, p. 86). Tal assertiva descreve a concepção do desenvolvimento econômico, mas desenvolvimento é muito mais que o viés economicista.

Assim, este estudo parte da premissa de que o desenvolvimento é multidimensional, de caráter interdisciplinar. Não desconsidera a ideia de progresso, embora nem sempre isso seja observado nas diferentes dimensões. Por exemplo, determinada ação

pode promover melhorias no aspecto econômico (desenvolvimento econômico), mas com efeitos negativos sobre a natureza (desenvolvimento ambiental). Há, ainda, o recorte relativo ao desenvolvimento regional, o que requer um olhar multidisciplinar.

A ideia de diferenças territoriais, presente em Marx (1996), seria aprofundada por meio da lei do desenvolvimento desigual, de Lenin (1982). Trotsky (1977) a ampliaria, criando a denominada *lei do desenvolvimento desigual e combinado*. Essa perspectiva influenciaria diversos autores, entre os quais Smith (1988) e Harvey (2006; 2014), que discutem a lei do desenvolvimento geográfico desigual.

Smith (1988) considera o desenvolvimento desigual inerente ao modo de produção capitalista. Para ele, as diferenças no espaço são decorrentes do avanço do capital. O movimento do capital na busca pelas maiores taxas de lucro – de um lugar para outro – promoveria o desenvolvimento desigual. Harvey (2014) entende que a teoria do desenvolvimento geográfico desigual – em construção – demonstra o quanto a desigualdade espacial é crucial para o avanço do capitalismo. Para ele, sem o desenvolvimento geográfico desigual e suas contradições, o capitalismo entraria no caos (*op. cit.*).

Especificamente sobre o caso brasileiro, Furtado (2013) descreve como o desenvolvimento econômico foi desequilibrado. Principalmente com o processo de industrialização, o qual aumentou as desigualdades regionais. Esse autor entende que o desenvolvimento econômico acarreta a elevação das desigualdades, muito embora ele entenda que a questão do espaço não é o único fator determinante (Furtado, 2013). Santos (1988), muito embora reconheça o bem-estar proporcionado pelo desenvolvimento econômico e pela industrialização, registra que as benesses são desigualmente distribuídas.

No que diz respeito ao desenvolvimento regional, diversos aportes teóricos têm sido construídos ao longo do tempo. As primeiras perspectivas teóricas superestimavam aspectos quantitativos e eram centradas na localização, com destaque para Von Thünen, Alfred Webber, Walter Christaller e August Losch (Liberato, 2008). As teorias locacionais acabaram sendo sintetizadas na denominada *ciência regional*, nos anos 1950, por Walter Izard (Goularti Filho, 2008). Posteriormente, surgiram as ideias estruturalistas, com destaque para as obras de Françós Perroux, Gunnar Myrdal e Albert Hirschmann (Fochezatto, 2010), além de Furtado (1979; 2013).

Nos últimos anos, a abordagem endógena passou a ser bastante utilizada quanto ao desenvolvimento das regiões. Destaque para as obras de Stöhr e Taylor (1981) e Stöhr (1984), as quais valorizam o desenvolvimento de “baixo para cima” (Cabugueira, 2000; Amaral Filho, 2001). Para Cabugueira (2000), a ideia desse desenvolvimento endógeno parte das condições históricas, culturais, naturais e institucionais das regiões. Amaral Filho (2001) entende que o desenvolvimento

endógeno prestigiaria as potencialidades socioeconômicas regionais. Essa valorização dos aspectos endógenos pode ser observada em diversos autores, conforme registra Brandão (2012).⁴

Apesar disso, a visão endógena mereceu críticas contundentes. Brandão (2012) é um desses autores, ao afirmar que os endogenistas ignoram as escalas entre o global e o local. Esse autor vai além, ao registrar que há certa sobrevalorização do empreendedorismo local. Há diversas outras críticas com relação à perspectiva endógena, conforme pode ser visto em Braga (2002), Gómez (2002), entre outros autores.

As premissas do desenvolvimento endógeno aproximam-se das perspectivas concernentes ao desenvolvimento regional/territorial. Mais adiante, examinar-se-á como se tem observado a relação entre desenvolvimento endógeno e universidade. Antes, porém, cabe um olhar sobre a universidade. Assim, a seguir, examinam-se algumas características dessa instituição, com destaque para a possibilidade de atuação com o desenvolvimento regional.

2.2 Universidade

Do seu surgimento em fins da Idade Média, na qual estava vinculada à Igreja Católica, passando pela relação com o Estado até os dias atuais, em que a aproximação com o mercado tem se observado, a universidade sofreu diversas transformações (Almeida Filho, 2008; Ribeiro, 1969). Essas mudanças, entretanto, não foram suficientes para reduzir sua notoriedade; afinal, recebeu a titulação de “torre de marfim” e segue sendo uma instituição de grande influência e reputação (Minogue, 1981; Tremblay, 2011). Evidentemente, há distinções entre as universidades de diferentes regiões e países.

As concepções a respeito dessa instituição são conhecidas. Por exemplo, Minogue (1981) é crítico da aproximação entre a universidade e a sociedade local, especialmente quando se abraçam demandas políticas e sociais. O autor, porém, reconhece que as universidades influenciam e são influenciadas pela conjuntura social. Há autores, no entanto, que consideram a universidade uma instituição de expressiva importância; por exemplo, as contribuições para o desenvolvimento social (Ricken, 1986) ou o desenvolvimento econômico (Fernandes, 2011).

Com relação ao caso brasileiro, a universidade chegaria tardiamente (Almeida Filho, 2008). Se não bastasse o atraso, a universidade brasileira foi criada inicialmente para atender à demanda das elites locais (Chauí, 2003; Ribeiro, 1969; Santos, 1989; Silva Filho, 1977). Um dos principais indicativos dessa situação é a

4. Brandão destaca Piore e Sabel (1984), Becattini (1987), North (1990), Krugman (1991), Barquero (1993; 1999), Putnam (1993), Castells (1996), entre outros autores.

concentração das universidades nas capitais das Unidades da Federação (UFs) ou em grandes centros urbanos. A interiorização da universidade pública aconteceria somente décadas depois.

As pesquisas que tratam da conexão universidade-desenvolvimento buscam identificar vantagens e aferir os benefícios que uma universidade acarreta à região ou ao país. De acordo com Almeida Filho (2008), a universidade brasileira é essencial não apenas para promover o desenvolvimento econômico e social, como também para formular um projeto viável de nação para o país. Para Fernandes (2011, p. 6), por exemplo, “as universidades desempenham um papel crucial no desenvolvimento econômico das cidades e das regiões onde se inserem”. De uma maneira ainda mais abrangente, Saúde *et al.* (2014) afirma que:

independentemente da sua dimensão e perfil, sempre foi óbvio, e comprovado pela prática, o grande protagonismo que as IES têm na dinâmica de desenvolvimento socioeconômico, não só pela missão educativa que asseguram mas, sobretudo, pelos vários efeitos induzidos a nível demográfico, social, político, cultural e econômico (p. 77).

Especialmente sobre o desenvolvimento regional, Hoff, Martin e Sopena (2011) descrevem diversos aspectos que são influenciados pelo funcionamento das universidades: habitação, transporte e pessoal; uso dos recursos locais; novas empresas e novos líderes; atividades culturais e novas ideias; serviços públicos e de manutenção e empregos diretos e indiretos. Com isso, são esperados alguns efeitos na região em que as universidades estão inseridas, tais como: elevação na demanda por serviços e investimentos; aumento na diversificação das atividades econômicas; fomento a novas iniciativas (empresariais, culturais e políticas); modificação da infraestrutura; e elevação no nível de emprego e renda.

Certamente, os impactos são diferentes e de magnitudes distintas. Essas resultantes dependem de uma série de fatores; por exemplo, o perfil econômico da região, as características regionais (população, infraestrutura e clima), o tamanho e o perfil da universidade em questão, entre outros. De qualquer forma, importante distinção é feita por Rolim e Serra (2009). Para eles, existe uma diferença expressiva entre a universidade que está na região e a universidade da região. Sucintamente, a segunda teria vínculos maiores com a região, o que possibilitaria maior contribuição com seu desenvolvimento.

Especificamente sobre universidade e desenvolvimento regional, Leclerc (1986) observa que a universidade dificilmente seria indiferente à região em que se localiza, especialmente por intermédio do impacto econômico. Ainda no sentido econômico, Saúde *et al.* (2014) entendem que os impactos do ensino superior são substanciais, porque, além dos recursos que envolvem as instituições, afetam fortemente a economia local.

Mas há outras relações que são observadas. Theis (2010) descreve regiões que são beneficiadas e outras prejudicadas diante da intensificação do processo de globalização, destacando que as “regiões ganhadoras” usualmente contam com universidades. Alves (1980) entende que as universidades devem contribuir com os setores prioritários ao desenvolvimento regional. Vila (2018) discute diversos aspectos micro e macroeconômicos concernentes às funções das universidades para o desenvolvimento regional.

Por fim, cabe uma breve ponderação a respeito da universidade e do desenvolvimento endógeno. A relação aqui vai além da dimensão econômica, pois concerne à geração de conhecimento, capital humano, inovação tecnológica, gastos com pesquisa e desenvolvimento (P&D), entre outros exemplos. Para Castro *et al.* (2018, p. 160-161), “as universidades (...) endogenamente passaram a ser consideradas como causadoras de efeitos locais significativos, capazes de influenciar políticas, construir conhecimento e promover relacionamentos integrados que levam, por hipótese, ao desenvolvimento local”.

Inúmeras outras conexões poderiam ser elencadas sobre a expectativa da universidade em contribuir com as regiões. E a teoria do desenvolvimento endógeno favorece esta interpretação, especialmente por fortalecer a ideia das potencialidades regionais. Contudo, há limites para o desenvolvimento “de baixo para cima”. Com vistas a compreender a realidade do Território Cantuquiriguaçu, faz-se necessário caracterizar a região, conforme descrição a seguir.

3 O TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU

O Território Cantuquiriguaçu é fruto do PTC, política pública do governo federal criada em 2008 e ampliada em 2009. O território é composto por vinte municípios: Campo Bonito; Candió; Cantagalo; Catanduvas; Diamante do Sul; Espigão Alto do Iguaçu; Foz do Jordão; Goioxim; Guaraniaçu; Ibema; Laranjeiras do Sul; Marquinho; Nova Laranjeiras; Pinhão; Porto Barreiro; Quedas do Iguaçu; Reserva do Iguaçu; Rio Bonito do Iguaçu; Três Barras do Paraná; e Virmond. O mapa 1 ilustra a região no contexto brasileiro e paranaense.

MAPA 1
Localização do Território Cantuquiriguaçu



Elaboração do autor.

Obs.: Mapa cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

O Território Cantuquiriguaçu possui uma área de 13.959,744 m², o que equivale a aproximadamente 7% do território paranaense.⁵ Parte de seus municípios pertencem a mesorregião Centro-Sul e outra parte integram a mesorregião Oeste Paranaense. Sob a ótica econômica, no entanto, a região contribui apenas com 1,60% do PIB estadual. Ademais, a Cantuquiriguaçu é uma das regiões menos desenvolvidas do Paraná, conforme aponta seu IDH médio, de 0,659 em 2010.⁶ Aliás, foi justamente o baixo desenvolvimento socioeconômico da região um dos principais argumentos utilizados na demanda por um *campus* da UFFS.

5. Disponível em: <<https://bit.ly/3neY1bZ>>. Acesso em: 1º mar. 2017.

6. Disponível em: <<https://bit.ly/3vhXonD>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

A população projetada de 240.879 equivale a 2,13% da população paranaense.⁷ Ao observar alguns dados econômicos, é possível identificar a desigualdade presente entre o Território Cantuquiriguaçu e as demais regiões paranaenses. O PIB *per capita* paranaense foi de R\$ 37.221 em 2017, enquanto o PIB *per capita* do território foi de R\$ 28.019.⁸ Outros indicadores socioeconômicos estão listados na tabela 1.

TABELA 1
Indicadores selecionados (2010)

	Grau de urbanização	Renda média <i>per capita</i> (R\$)	Taxa de pobreza (%)	IDH médio
Brasil	84,36	793,87	15,20	0,727
Paraná	85,33	890,89	6,46	0,749
Cantuquiriguaçu	53,78	484,41	22,02	0,659

Fontes: Ipardes (disponível em: <<https://tinyurl.com/3pdtc9ex>>; acesso em: 7 abr. 2017); e Atlas Brasil (disponível em: <<https://bit.ly/3AWNtCV>>; acesso em: 3 mar. 2017).

Elaboração do autor.

O grau de urbanização aponta diferença significativa entre a região e as demais regiões paranaenses e, até mesmo, brasileiras. Quase metade da população ainda reside na área rural. Conforme dados disponíveis no sítio do Ipardes, em nove municípios do território, a maioria da população vive no campo. A renda média *per capita* aponta severa desigualdade, pois o habitante da Cantuquiriguaçu recebe o equivalente a 54,37% da renda média do paranaense. A taxa de pobreza também aponta o pouco desenvolvimento da região, pois mais de 20% da população é considerada pobre.

A tabela 2 aponta alguns indicadores econômicos que permitem um olhar mais detalhado para a economia da região. Para 2017, o PIB dos municípios da Cantuquiriguaçu totalizou R\$ 6.749.288 (1,60% do PIB estadual). Quanto ao valor adicionado bruto (VAB) a preços básicos, constatam-se os itens elencados a seguir.

- 1) O maior componente do VAB do Paraná é o setor de comércio e serviços, seguido pela indústria, a qual supera um quarto do total.
- 2) Na Cantuquiriguaçu, a agricultura é o maior componente do VAB em quinze municípios, sendo que em Campo Bonito e Goioxim supera 50% do VAB total.
- 3) A indústria é o maior componente do VAB somente em dois municípios do território: Pinhão e Quedas do Iguaçu, superando mais de 50% desse indicador. Além destes, somente em seis municípios a indústria supera o percentual de 10% do VAB.

7. Disponível em: <<https://bit.ly/3sedX1N>>. Acesso em: 2 jan. 2020.

8. Disponível em: <<https://bit.ly/3sedX1N>>. Acesso em: 2 jan. 2020.

- 4) O setor de comércio e serviços é o principal componente do VAB em três municípios: Guaraniáçu, Laranjeiras do Sul e Ibema. Destaca-se aqui a relevância desse setor para a economia de Laranjeiras do Sul, onde o comércio/serviços supera 50% do VAB.
- 5) A administração pública é o segundo maior componente do VAB em oito municípios. Em seis destes, supera a casa de 25% da contribuição com esse indicador.

TABELA 2
PIB e VAB, por setor – Paraná e Cantuquiriguaçu (2017)

	PIB a preços correntes (R\$ mil)	VAB da produção (R\$ mil)	VAB da agricultura (%)	VAB da indústria (%)	VAB de comércio e serviços (%)	VAB da administração pública (%)
Paraná	421.374.934	365.905.498	9,42	25,36	50,87	14,35
Campo Bonito	151.405	145.467	58,86	3,71	20,83	16,60
Candói	478.665	446.589	39,77	10,03	32,69	17,51
Cantagalo	236.727	223.516	36,24	5,62	31,95	26,19
Catanduvas	259.551	245.198	44,28	5,65	30,64	19,43
Diamante do Sul	53.943	52.295	42,95	4,10	16,73	36,22
Espigão Alto do Iguaçu	110.697	104.915	44,36	9,97	21,28	24,39
Foz do Jordão	102.739	98.194	35,01	12,95	25,02	27,02
Goioxim	164.544	155.908	50,66	3,35	25,62	20,37
Guaraniáçu	340.618	315.967	33,09	5,18	41,14	20,59
Ibema	134.393	123.819	28,13	13,45	35,04	23,38
Laranjeiras do Sul	730.423	660.567	13,81	12,34	53,10	20,75
Marquinho	76.936	73.856	43,53	3,22	19,80	33,45
Nova Laranjeiras	195.985	185.158	40,33	4,28	26,49	28,90
Pinhão	1.466.550	1.431.154	11,12	65,08	13,51	10,29
Porto Barreiro	87.245	82.873	48,90	3,79	23,58	23,73
Quedas do Iguaçu	1.299.512	1.244.392	8,28	61,17	19,23	11,31
Reserva do Iguaçu	145.519	140.811	45,05	8,91	18,89	27,15
Rio Bonito do Iguaçu	274.169	257.830	40,70	5,03	30,13	24,14
Três Barras do Paraná	324.147	304.383	38,39	13,36	28,02	20,23
Virmond	115.520	109.316	40,67	14,59	24,10	20,64

Fonte: Iparides. Disponível em: <<https://tinyurl.com/3pdtc9ex>>. Acesso em: 2 jan. 2020.
Elaboração do autor.

Os resultados da tabela 2 apontam um perfil econômico regional que destoa do retrato paranaense. O peso da agricultura no VAB, com a maioria da população de alguns municípios residindo no campo, constitui característica importante da região. Considerando-se ainda a pouca relevância da indústria e a importância da administração pública, há indícios da pouca diversificação econômica na Cantuquiriguaçu.

Com relação à importância de cada município para o PIB do território, é esperado existir certas diferenças; afinal, no modo de produção capitalista, dificilmente se encontra um crescimento equilibrado e equitativo entre regiões e/ou países. Contudo, salta aos olhos a desigualdade intrarregional. Três municípios contribuem com mais de 10% do PIB da Cantuquiriguaçu (Pinhão: 21,73%; Quedas do Iguaçu: 19,25% e Laranjeiras do Sul: 10,82%). Por sua vez, seis municípios representam menos de 2% do PIB regional, com destaque para Diamante do Sul, em que o PIB corresponde apenas a 0,80% da riqueza produzida na Cantuquiriguaçu em 2017.

Convém ainda ressaltar algumas peculiaridades do Território Cantuquiriguaçu. Tais particularidades permitem uma análise mais ampla, que vai além da dimensão econômica. A primeira constatação relevante é a existência de oito usinas hidrelétricas na região – ou seja, somente nessa região se encontra um terço do total das usinas hidrelétricas do Paraná.⁹ Isso poderia representar recursos que beneficiariam a população regional. Ainda que existam *royalties* pagos a alguns municípios da Cantuquiriguaçu, a maioria absoluta desses recursos não fica no território. Para além da energia gerada, o deslocamento das pessoas e os danos ambientais são as consequências mais malélicas para a região (Santos, 2003; Rampazo, 2009; Zwaricz, 2013).

Outra idiossincrasia relevante é a existência de diversos assentamentos rurais provenientes da reforma agrária. De acordo com dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), existem cinquenta assentamentos rurais no território (Incra, 2017). Ainda segundo esse instituto, já foram assentadas 4.406 famílias, o que beneficiou aproximadamente 15.817 pessoas. Em quatro municípios (Campo Bonito, Goioxim, Quedas do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu), o percentual de assentados supera 10% da população total. No caso de Rio Bonito do Iguaçu, a população assentada representa mais de 40% da população municipal. A luta pela reforma agrária apresenta o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como um dos sujeitos sociais mais ativos e presentes na região.

A Cantuquiriguaçu abriga também duas das 27 terras indígenas do Paraná, sendo que uma destas (Terra Indígena Rio das Cobras, situada entre Nova Laranjeiras e Espigão Alto do Iguaçu) é a maior em extensão territorial do Paraná,

9. Disponível em: <<https://bit.ly/3n3G0xc>>. Acesso em: 3 jan. 2020.

e, também, a maior em população. De acordo com o Censo Demográfico 2010 do IBGE, 90% dos municípios do território contam com população indígena.¹⁰ Especificamente em Nova Laranjeiras, aproximadamente 20% de sua população é indígena, sendo o município com maior população indígena, em percentual, do Estado – e o segundo maior em números absolutos, ficando apenas atrás da capital, Curitiba.

Estritamente sobre Laranjeiras do Sul, município que abriga o *campus* da UFFS, cabe evidenciar algumas características. O município foi criado com o nome de Iguassu, sendo capital do extinto Território Federal do Iguacu, entre 1943 e 1946 (Mussoi, 2015). Em 30 de novembro de 1946, acaba se desmembrando de Guarapuava, sendo o município mais antigo do território.

Laranjeiras do Sul integra a microrregião de Guarapuava, pertencendo a mesorregião Centro-Sul. Contudo, conforme a divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e intermediárias, o município constitui-se em região geográfica imediata, sendo sua região geográfica intermediária Cascavel (IBGE, 2017). Aliás, as diferentes regionalizações acabam, por vezes, representando certos entraves a determinadas ações e/ou políticas públicas, principalmente quando se analisam a estrutura político-administrativa do Paraná, suas secretarias e seus demais órgãos públicos.

Laranjeiras do Sul está a aproximadamente 361 quilômetros de Curitiba. Sua população estimada é de 32.379 habitantes para 2017,¹¹ sendo superada apenas por Quedas do Iguacu (33.543) entre os municípios do território. A grande maioria de sua população, 81,33%, reside na área urbana. Somente Ibema (81,45%) a supera quanto ao grau de urbanização entre os municípios da região. Possui densidade demográfica de 47,52 hab/km². Seu índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) é de 0,706 (2010), o que coloca o município em grau médio de desenvolvimento, sendo o 199º no *ranking* estadual.¹² Apenas um município da região, Virmond (0,722), possui IDHM superior ao de Laranjeiras do Sul.

Em conformidade com os dados de 2010, a população em idade ativa de Laranjeiras do Sul era de 26.086 pessoas, sendo 15.451 economicamente ativa (Ipardes, 2020). A tabela 3 aponta o número de estabelecimentos e empregos em Laranjeiras do Sul em 2018, de acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho e Previdência (*op. cit.*). O setor de comércio e serviços é o que mais emprega, seguido da indústria e da administração pública. Isso condiz com a importância do setor de serviços para o PIB do município.

10. Disponível em: <<https://bit.ly/3DLpijG>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

11. Disponível em: <<https://tinyurl.com/3pdtc9ex>>. Acesso em: 2 jan. 2020.

12. Disponível em: <<https://bit.ly/3AWNtCV>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

Quanto ao número de estabelecimentos, Laranjeiras do Sul possui o maior número de estabelecimentos na Cantuquiriguaçu (802).

TABELA 3
Número de estabelecimentos e empregos, por setor – Laranjeiras do Sul (2018)

Setores	Estabelecimentos	Empregos
Agropecuária	98	262
Indústria (minerais, transformação e utilidade pública)	71	1.028
Construção civil	21	113
Comércio (varejista e atacadista)	328	1.653
Serviços	280	1.336
Administração pública (direta e indireta)	4	911
Total	802	5.303

Fonte: IparDES (2020).
Elaboração do autor.

A renda média do laranjeirense-do-sul em 2010 era de R\$ 659,33, sendo a maior entre os municípios da região, mesmo representando apenas 74% da média paranaense (R\$ 890,89). É o único município da Cantuquiriguaçu que apresenta percentual superior a 10% da população com idade de 25 anos ou mais com ensino superior (10,02% da população). Ademais, de acordo com os dados disponibilizados pelo IparDES¹³ e pelo sítio do Ministério da Educação (MEC),¹⁴ é o único município do território que oferta cursos de nível superior em regime presencial.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A UFFS foi criada por meio da Lei nº 12.029, de 15 de setembro de 2009 (Brasil, 2009). A universidade ofertou 42 cursos de graduação em 2010. Atualmente, essa instituição oferece 49 cursos de graduação, 29 de especialização *lato sensu* – concluídos ou em andamento – e dezesseis mestrados – sendo dois profissionais –, além de dois doutorados (modalidade doutorado interinstitucional – Dinter) e duas residências médicas.¹⁵

4.1 A criação da UFFS e o compromisso com o desenvolvimento regional

O processo de criação da UFFS é único no caso das universidades federais brasileiras. O fato de ser uma instituição *multicampi* já é um diferencial, e, embora existam outras com essa propriedade, suas unidades estão presentes nos três estados da região Sul: dois *campi* no Paraná (Laranjeiras do Sul e Realeza); um em

13. Disponível em: <<https://bit.ly/3hdexX2>>. Acesso em: 2 jan. 2020.

14. Disponível em: <<https://bit.ly/3aGfzYi>>. Acesso em: 3 jan. 2020.

15. Disponível em: <<https://bit.ly/3mWaX6i>>. Acesso em: 11 out. 2019.

Santa Catarina (Chapecó, município que abriga a reitoria); e três no Rio Grande do Sul (Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo).

Mas existe outra particularidade que realça a diferença entre a UFFS e as demais universidades: a expressiva participação popular durante a reivindicação da mesorregião por uma universidade federal, pública e gratuita. Essa demanda era recorrente em diversas microrregiões do Sul do país, muitas das quais integrantes da denominada Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul (MGFM). Especialmente, as microrregiões do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina lutavam por uma universidade pública e gratuita.

Dessa forma, surgiu o Movimento Pró-Universidade Federal (MPUF), em 2005.¹⁶ Esse movimento foi essencial para a conquista da universidade, sendo constituído por diversos agentes: sindicatos; movimentos sociais; igrejas; classe política; entre outros. O compromisso do governo federal em criar uma universidade para atender à MGFM permitiu o fortalecimento ainda maior do MPUF.

A forma pela qual o movimento se constituiu e a ampla participação dos sujeitos sociais da região permitem indicar a UFFS como resultado de uma experiência original em relação às demais universidades federais. Nas palavras de Trevisol e Ló (2015), “o processo de criação da nossa universidade é singular e *sui generis* no conjunto das IES brasileiras públicas e na própria história da educação superior brasileira”.

A inserção da demanda regional da Cantuquiriguaçu no MPUF não somente permitiu fortalecer a demanda pela universidade na região Sul, como também acabou provocando uma leve modificação na proposta original. Isto porque o Território Cantuquiriguaçu não integra a MGFM. No entanto, dada a forte articulação dos movimentos sociais e como Laranjeiras do Sul acabou sendo o município escolhido para ter um dos *campi* da UFFS, a universidade passaria a ter atuação na MGFM e em seu entorno (Krajevski, 2018).

Essa opção por Laranjeiras do Sul pode ser sintetizada em dois fatores principais: a articulação dos sujeitos sociais da região – capitaneados pelo MST; e o baixo desenvolvimento socioeconômico da Cantuquiriguaçu (Krajevski, 2018). Esse segundo fator já indica o comprometimento dessa universidade com o desenvolvimento regional. E esse compromisso está presente desde os documentos do MPUF, perpassando pelo projeto de lei (PL) de criação da UFFS, até seus documentos fundantes.¹⁷

16. Disponível em: <<https://bit.ly/3FQh8BJ>>. Acesso em: 1º jun. 2017.

17. Em diversos relatórios do MPUF, há menções à construção de uma universidade orientada ao desenvolvimento regional. A Lei nº 12.209, de 15 de setembro de 2009, em seu art. 2º, já aponta a inserção regional como uma das prioridades da UFFS (Brasil, 2009). No estatuto da UFFS, quando se trata dos princípios da instituição, ao menos três destes concernem ao desenvolvimento regional (UFFS, 2015).

Com o tempo, o compromisso da UFFS com o desenvolvimento regional vai para além de seus documentos. A primeira diferenciação dessa universidade é a existência do Conselho Estratégico Social (CES). Esse órgão é composto majoritariamente por representantes de organizações, movimentos e instituições de área de abrangência da UFFS, além de alguns representantes da comunidade acadêmica. Em virtude da legislação,¹⁸ o CES é apenas consultivo. De qualquer forma, representa diferença considerável quando comparada a outras universidades federais.

A realização da I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (Coepe), em 2010, também foi um marco institucional importante. O objetivo da conferência foi mobilizar a comunidade acadêmica, ao buscar definir algumas diretrizes relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão da UFFS, bem como aproximar a universidade da sociedade regional, com vistas a construir uma agenda prioritária (UFFS, 2010). Essa aproximação já havia existido, pois a definição dos cursos que seriam ofertados em cada *campus* objetivou valorizar o trabalho anterior, desenvolvido pelo MPUF. Assim, a comunidade regional teve grande influência nos cursos ofertados (Krajevski, 2018).

O processo de escolha dos dirigentes da universidade também merece ser destacado. A consulta pública da UFFS é realizada mediante a participação de quatro segmentos: docentes (25%), discentes (25%), servidores técnico-administrativos – STAs (25%) e comunidade regional (25%). Ou seja, a comunidade regional, por meio de entidades credenciadas nos conselhos comunitários,¹⁹ participa da consulta que estabelece os nomes que serão enviados ao Conselho Universitário. Dessa maneira, esse conselho encaminha ao MEC a lista tríplice para a designação do dirigente máximo da instituição. Ademais, participam diretamente do processo que define o diretor de cada *campus* universitário, com peso equivalente aos membros da comunidade acadêmica.²⁰

Ainda merece ênfase o processo seletivo da UFFS. Em seus primeiros anos, a universidade adotou o Fator Escola Pública (UFFS, 2011).²¹ Basicamente a universidade buscava valorizar, por intermédio deste instrumento, os candidatos oriundos da escola pública. No seu primeiro processo seletivo, o *Campus* Laranjeiras do Sul teve 95% dos estudantes ingressantes que cursaram o ensino fundamental e médio em escola pública (Mohr *et al.*, 2012). Posteriormente, a UFFS optou

18. A Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional, determina que os docentes ocupem 70% dos assentos em órgãos deliberativos (Brasil, 1996).

19. Os conselhos comunitários existem em cada *campus*, sendo sua atuação e composição similar ao CES, mas com representatividade microrregional.

20. Em 24 de dezembro de 2019, por intermédio da Medida Provisória (MP) nº 914, o governo federal estipulou novo regimento para a elaboração da lista tríplice e escolha dos diretores de *campi* das universidades federais (Brasil, 2019).

21. "Para cada candidato será atribuído o *fator escola pública* (FatorEP) de acordo com a seguinte regra: I) FatorEP = 1,3 – para o candidato que declarou ter cursado integralmente, com aprovação, todo o ensino médio em escola pública; II) FatorEP = 1,2 – para o candidato que declarou ter cursado, com aprovação, apenas 2 (duas) séries do ensino médio em escola pública; III) FatorEP = 1,1 – para o candidato que declarou ter cursado, com aprovação, apenas 1 (uma) série do ensino médio em escola pública; IV) FatorEP = 1,0 – para os demais candidatos. A Nota Final de cada candidato no Processo Seletivo UFFS/2012 será calculada utilizando-se a seguinte fórmula: $Nota\ Final = Nota\ Enem\ Média \times FatorEP$ " (UFFS, 2011, p. 6-7).

pela adoção do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), em que reservou 84% das vagas para estudantes da escola pública. O processo seletivo de 2020 foi realizado por meio de vestibular unificado com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). As vagas remanescentes serão preenchidas utilizando-se o Sisu.

4.2 A UFFS no Território Cantuquiriguaçu

A UFFS em Laranjeiras do Sul iniciou com seis cursos de graduação: agronomia (cinquenta vagas); desenvolvimento rural e gestão agroindustrial (cinquenta);²² engenharia de alimentos (cinquenta); engenharia de aquicultura (cinquenta); licenciatura em educação do campo – diurno (trinta); e licenciatura em educação do campo – noturno (trinta) (Krajevski, 2018). Para Mohr *et al.* (2012), os cursos ofertados estavam orientados ao desenvolvimento da região. Atualmente, os cursos disponibilizados pelo *campus* estão identificados na tabela 4.

TABELA 4
Número de cursos ofertados pela UFFS – Campus Laranjeiras do Sul (2020)

Curso	Turno	Vagas
Agronomia	Integral	50
Ciências biológicas	Integral	40
Ciências econômicas	Noturno	50
Ciências sociais – bacharelado	Noturno	30
Ciências sociais – licenciatura	Noturno	30
Engenharia de alimentos	Integral	50
Engenharia de aquicultura	Integral	50
Interdisciplinar em educação do campo – ciências sociais e humanas – licenciatura	Integral	120
Interdisciplinar em educação do campo – ciências naturais, matemática e ciências agrárias	Noturno	50
Interdisciplinar em educação do campo – ciências da natureza – licenciatura	Noturno	40
Pedagogia	Noturno	50

Fonte: UFFS. Disponível em: <<https://bit.ly/3vvpLjJ>>. Acesso em: 6 jan. 2020.
Elaboração do autor.

Conforme a tabela 4, o número de cursos de graduação subiu de seis para onze. O número de vagas saltou de 260 para 560, o que representou um aumento superior a 100% em apenas nove anos de existência. No período 2010-2020, foram criados quatro cursos de pós-graduação *lato sensu*: especialização em educação do campo; especialização em produção de leite agroecológico; especialização em economia empresarial e gestão de pequenos negócios; e especialização

22. A partir de 2012, foi transformado no curso de ciências econômicas, conforme recomendação do MEC.

em realidade brasileira. Atualmente, o *campus* mantém dois cursos de mestrado acadêmico: em agroecologia e desenvolvimento rural sustentável; e em ciência e tecnologia de alimentos.²³

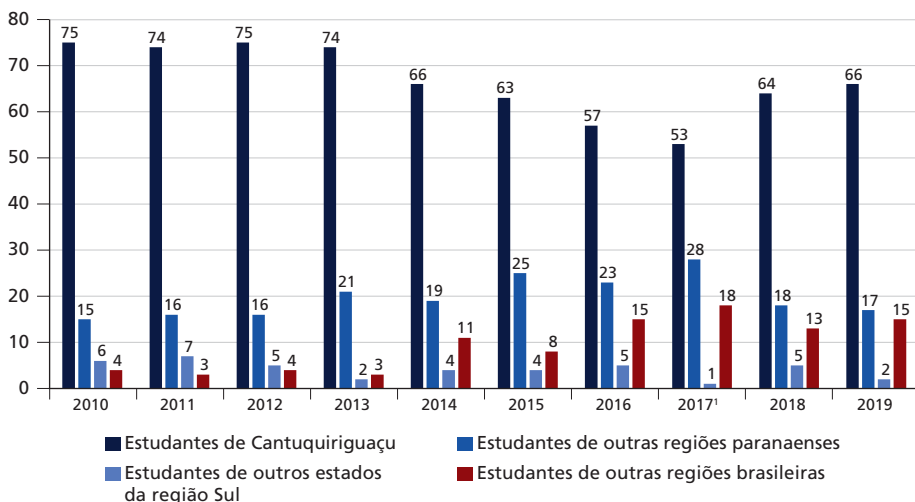
Apesar do significativo avanço, a demanda da sociedade regional ainda não foi completamente atendida. Afinal, há expectativas quanto a uma oferta maior de cursos, o que demandaria novos investimentos. Entretanto, dada a conjuntura econômica do país, desde a Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016, até o bloqueio de verbas ao longo de 2019, não há sinais de que novos investimentos substanciais venham a ser realizados. O governo federal anunciou, com vistas a atrair novos recursos para as universidades federais, o programa Future-se, mas que ainda não foi implementado.

Sobre a origem dos estudantes ingressantes do *Campus* Laranjeiras do Sul, o gráfico 1 apresenta alguns dados. A identificação baseia-se no município/estado em que o estudante concluiu o ensino médio. A maioria dos estudantes é oriunda da Cantuquiriguaçu, apesar das oscilações ocorridas entre 2010 e 2019. Nos primeiros anos, o percentual de estudantes da região oscilou apenas 1%. A partir de 2014, todavia, o percentual cairia significativamente, sendo o de 2016 com a menor entrada de estudantes oriundos da região (53%).

GRÁFICO 1

Regiões de conclusão do ensino médio dos estudantes do *Campus* Laranjeiras do Sul (2010-2019)

(Em %)



Fonte: UFFS.

Elaboração do autor.

Nota: ¹ A partir de 2017, a universidade passou a receber estudantes estrangeiros.

23. Disponível em: <<https://bit.ly/3vqpljl>>. Acesso em: 6 jan. 2020.

A quantidade de estudantes de outras regiões paranaenses representa, em percentual, a segunda maior origem de estudantes do *campus*. O destaque é para 2017, em que 28% vieram de outros municípios paranaenses. A porcentagem de estudantes de outras regiões do Sul do país – no caso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – não é expressiva, oscilando entre 1% (2017) e 7% (2011). Por fim, temos os estudantes de outras regiões brasileiras, sendo que essa variação é considerável. Afinal, de 3% a 4% dos primeiros anos passou a 15% em 2019, sendo que, em 2017, 18% dos estudantes vieram de outras regiões.

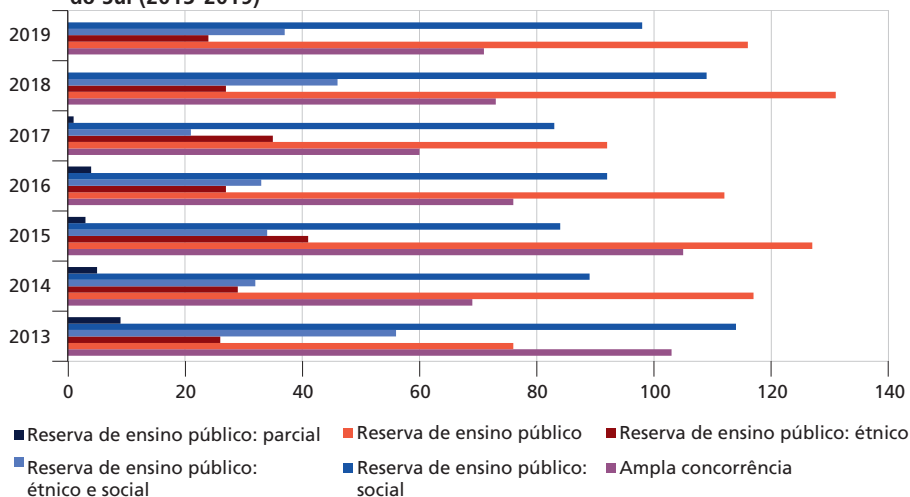
Certamente, a adoção do Sisu favoreceu para que essa alteração ocorresse nos últimos anos. E se, de um lado, a UFFS utiliza um instrumento bastante usual e que a torna mais conhecida no que concerne aos estudantes que deixam o ensino médio, de outro lado, permite que esses estudantes de outras regiões brasileiras ocupem suas vagas. Assim, embora esteja contribuindo com o atendimento de parte da demanda nacional por ensino superior público e gratuito, pode estar preterindo os estudantes do Território Cantuquiriguaçu ou da MGFM.

O gráfico 2 aponta o perfil dos estudantes que ingressaram no *Campus Laranjeiras do Sul*. O enquadramento desses estudantes decorre dos seguintes critérios:²⁴

- reserva de ensino público: estudante proveniente de escola pública, independentemente da renda e da etnia;
- reserva de ensino público étnico: estudante preto, pardo ou indígena originário de escola pública;
- reserva de ensino público social: estudante procedente de escola pública, com renda familiar *per capita* de até 1,5 salário mínimo (SM);
- reserva de ensino público étnico e social: estudante preto, pardo ou indígena oriundo da escola pública, com renda familiar *per capita* de até 1,5 SM;
- reserva de ensino público parcial: estudantes que cursaram o ensino médio parcialmente em escola pública; e
- ampla concorrência: vagas destinadas a todos os candidatos, independentemente da procedência escolar, etnia e renda familiar.

24. Dados fornecidos pela Assessoria de Assuntos Estudantis da UFFS – *Campus Laranjeiras do Sul*. Outras modalidades foram: estudantes que cursaram parcialmente a escola pública durante o ensino médio (entre 2013 e 2019, apenas dez estudantes foram enquadrados nesta categoria); Pró-Hati (quatro estudantes em 2017, dois em 2018 e quatro em 2019); Reserva de Ensino Público Social – pessoas com deficiência (PCD) (um estudante em 2019); e Programa de Acesso e Permanência de Povos Indígenas (que atende dezoito estudantes, entre 2015 e 2019, além de quatro estudantes/reserva indígena em 2019).

GRÁFICO 2

Estudantes ingressantes conforme modalidade de concorrência – *Campus Laranjeiras do Sul (2013-2019)*

Fonte: UFFS.
Elaboração do autor.

Com exceção de 2013, nos demais anos, a reserva destinada aos estudantes de ensino público foi a modalidade que mais contribuiu com o ingresso de acadêmicos. A modalidade ampla concorrência, que liderou em 2013, vem sofrendo queda na contribuição ao longo dos anos. A modalidade reserva de ensino público social é outra modalidade que tem sido expressiva no decorrer dos anos. De toda forma, os processos seletivos da UFFS têm priorizado estudantes vindos da escola pública, com baixa renda, atendendo às características socioeconômicas e étnicas regionais. Nesse sentido, os processos seletivos da instituição, ainda que tenham atraído mais estudantes de outras regiões brasileiras, têm atendido parte dos anseios regionais.

Outra informação importante se refere às atividades de pesquisa, extensão e cultura já realizadas na *campus*. A tabela 5 aponta o número de projetos desenvolvidos ao longo dos primeiros anos, conforme o *Relatório de Gestão do Campus Laranjeiras do Sul* (UFFS, 2018).

TABELA 5

Número de projetos de pesquisa, extensão e cultura – *Campus Laranjeiras do Sul (2010-2018)*

Ano	Pesquisa	Extensão (programas e projetos)	Cultura
2010	12	6	0
2011	12	15	0
2012	19	23	0

(Continua)

(Continuação)

Ano	Pesquisa	Extensão (programas e projetos)	Cultura
2013	17	12	2
2014	17	31	2
2015	36	50	6
2016	23	44	7
2017	32	32	3
2018	55	26	5

Fonte: UFFS (2018).

Elaboração do autor.

Obs.: Até 2012, os projetos de cultura estavam incluídos nas atividades de extensão.

Até 2018, foram desenvolvidos 223 projetos de pesquisa. Considerando que nos primeiros anos o número de docentes ainda era reduzido, é notável a quantidade de projetos. De acordo com o *Relatório de Gestão 2018*, 60% dos projetos de pesquisa foram desenvolvidos com bolsa (UFFS, 2018). Conforme estudo anterior, os projetos de pesquisa foram elaborados nas mais diversas áreas, com destaque para agricultura familiar, políticas de desenvolvimento regional, tecnologias e processos de produção de alimentos, cooperativismo, assentamentos rurais, agroecologia, entre outras (Krajevski, 2018). Esses temas condizem com a realidade socioeconômica dos municípios do território.

Com relação aos programas e projetos de extensão, o total do *Campus Laranjeiras do Sul* até 2018 soma 239 ações. As atividades compreendem as mais diversas áreas; em especial, educação, direitos humanos, meio ambiente, ciências agrárias e economia (Krajevski, 2018). Examinando-se o perfil da região, os projetos de extensão possuem ainda mais importância, pois estes estão concatenados a essa realidade. Há, ainda, 25 projetos específicos de cultura, os quais têm permitido a participação da comunidade regional em diversas atividades, como aulas de teatro, oficinas de música, apresentações artísticas etc.

A quantidade de estudantes beneficiados por auxílios institucionais também é expressiva. O *Relatório de Gestão 2018* apresenta a totalidade de estudantes beneficiados (UFFS, 2018). Os auxílios são assim discriminados: auxílio-alimentação (511 auxílios em 2018); auxílio-transporte (518); auxílio-moradia (298); e auxílio estudantil (564), o que resultou em 1.891 auxílios em 2018 e totalizou R\$ 1.928.990,00 somente em apoio estudantil na forma de auxílios. Estes, aliás, são ainda mais importantes, considerando-se a realidade socioeconômica regional.

Há ainda o Programa Bolsa-Permanência (PBP), com auxílio de R\$ 400,00 mensais para cada estudante, de acordo com o critério de renda. Para estudantes indígenas e quilombolas, é oferecido um valor diferenciado, atualmente de R\$ 900,00. Segundo dados da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFFS (2019b), o *Campus Laranjeiras do Sul* até dezembro de 2018 possuía 317 bolsas-permanência, que equivaliam a R\$ 285.300,00.

A localização do *campus*, as margens da BR-158, implica o deslocamento diário de estudantes residentes em Laranjeiras do Sul e região. A respeito de Laranjeiras do Sul, existem duas linhas de ônibus entre o centro do município e o *campus*, com horários diferentes pela manhã, tarde e noite, incluindo-se sábados (manhã e tarde). Não há informações precisas quanto ao número de estudantes dos municípios vizinhos. A Assessoria de Assuntos Estudantis estima que 230 estudantes se desloquem diariamente dos municípios da região.

A tabela 6 apresenta uma síntese dos gastos realizados pelo *Campus* Laranjeiras do Sul. A apuração passou a ser feita a partir de 2016. Assim, os dados apresentados serão dos três anos disponíveis, conforme informações fornecidas pelos relatórios de gestão (UFFS, 2016; 2017; 2018). O volume de gastos totais teve elevação aproximada de 26%, entre 2016 e 2018. Considerando-se a expansão de cursos, o aumento no número de servidores e a implementação dos laboratórios, além das áreas experimentais, essa elevação de gastos parece justificada.

TABELA 6
Gastos do *Campus* Laranjeiras do Sul (2016-2018)
(Em R\$)

Discriminação	2016	2017	2018
Laboratórios	111.790,53	80.010,51	117.722,69
Áreas experimentais	27.078,30	24.568,67	76.775,84
Transportes	85.564,63	91.594,85	131.658,19
Diárias e passagens	16.305,15	10.959,22	50.690,40
Material de expediente	22.730,11	30.536,73	11.371,09
Serviços	1.260,00	115,00	200,00
Telefonia	44.972,11	25.395,71	26.281,89
Energia elétrica	465.393,15	472.859,72	513.899,12
Gastos com pessoal (folha de pagamento)	19.233.621,30	22.196.238,10	24.224.869,53
Serviços de impressão	34.868,37	40.425,01	34.363,85
Restaurante universitário	377.111,00	465.976,56	493.764,13
Manutenção de veículos	47.862,61	46.757,78	67.400,17
Manutenção predial	64.256,05	66.161,85	163.486,34
Assistência estudantil	1.696.215,00	1.871.065,00	1.928.990,00
Serviços terceirizados (mão de obra)	1.870.891,05	1.807.619,29	1.792.758,60
Formaturas	980,00	-	-
Obras	243.067,13	116.908,14	791.317,23
Mobiliário e material permanente	197.256,35	658.638,62	498.117,23
Total	24.541.222,84	28.005.830,76	30.923.666,30

Fontes: UFFS (2016; 2017; 2018).
Elaboração do autor.

Ainda conforme a tabela 6, o gasto com investimentos (obras e mobiliário/material permanente) para 2018 chegou a R\$ 1.289.434,46, que representa apenas 4,17% dos gastos do *campus* nesse ano. Ou seja, a maior parte dos gastos refere-se a despesas correntes, sendo o gastos com pessoal o mais significativo. A folha de pagamento representou 78,37% dos gastos totais em 2016; 79,26% em 2017 e 78,34% em 2018.

Cabe realçar que a maioria absoluta dos servidores residem em Laranjeiras do Sul. Os municípios maiores que estariam relativamente próximos ao *campus* são: Guarapuava (115 km), Cascavel (140 km), Pato Branco (137 km) e Francisco Beltrão (135 km). Essas distâncias diminuem os vazamentos de recursos do território, o que implica que boa parte dos gastos com pessoal acaba movimentando a economia local. Dessa maneira, esses recursos afetam diretamente o nível de emprego e renda, conforme apontam Diniz e Vieira (2015) a respeito dos impactos de gastos ou ligações a montante.

Especificamente quanto ao gasto de pessoal, a tabela 7 registra a evolução nesse período. Não houve grande variação no número de servidores entre 2016 e 2018. Observa-se a pouca utilização de estagiários e estabilidade quanto ao quantitativo de docentes. A variação existente refere-se à redução de docentes substitutos (fruto da redução de vagas para licença-capacitação) e no aumento de STAs. A maior elevação nos gastos refere-se ao corpo docente, possivelmente fruto da progressão funcional e da qualificação de docentes via doutoramento.

TABELA 7
Gastos com pessoal – *Campus Laranjeiras do Sul (2016-2018)*

	2016		2017		2018	
	Número	Valor gasto (R\$)	Número	Valor gasto (R\$)	Número	Valor gasto (R\$)
Docentes	89	13.691.167,67	90	15.810.535,52	89	17.199.180,33
Docentes (substitutos)	20	660.329,37	11	720.393,66	11	633.380,33
STAs	64	4.836.665,60	72	5.965.392,83	72	6.366.427,94
Estagiários	4	18.458,66	4	24.283,33	6	25.880,93
Total	177	19.233.621,30	177	22.196.238,10	178	24.224.869,53

Fontes: UFFS (2016; 2017; 2018).
Elaboração do autor.

Esses recursos indiscutivelmente possuem grande relevância em Laranjeiras do Sul. Afinal, os gastos com pessoal impactaram a economia local. Ademais, novos serviços surgiram, além de novos empreendimentos. Em 2018, eram 802

estabelecimentos ante 761 em 2010.²⁵ A instalação do *campus* promoveu uma rápida mudança no centro urbano do município. Os efeitos sobre a economia municipal podem ser medidos, entre outros exemplos, pelo orçamento de Laranjeiras do Sul. A tabela 8 mostra a evolução do orçamento entre 2005 (início da demanda regional pela UFFS) e 2020 (série deflacionada que adota 2020 como ano-base, utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC).

TABELA 8
Orçamento municipal – Laranjeiras do Sul (2005-2020)

Ano	Valores (R\$)	Variação em relação ao ano anterior (%)
2005	50.035.472,91	0
2006	63.181.755,50	26,27
2007	61.706.485,09	-2,33
2008	62.435.722,30	1,18
2009	61.437.633,47	-1,59
2010	64.137.861,16	4,39
2011	69.826.233,10	8,87
2012	73.374.638,55	5,08
2013	75.856.546,94	3,38
2014	89.953.645,10	18,58
2015	96.080.538,25	6,81
2016	100.155.638,60	4,24
2017	93.427.667,34	-6,72
2018	97.228.696,20	4,07
2019	100.978.920,00	3,86
2020	104.170.000,00	3,16

Fontes: Câmara Municipal de Laranjeiras do Sul (disponível em: <<https://bit.ly/3vat2mT>>; acesso em: 8 jan. 2020); e Ipea (disponível em: <<https://bit.ly/3gEZu8c>>; acesso em: 30 jan. 2022).

Elaboração do autor.

A elevação do orçamento municipal no período analisado é incontestável. A instalação da UFFS e a injeção de recursos no município, com destaque para a folha de pagamento da universidade, resultaram em aumento considerável de recursos por parte do erário municipal. Nesses dezesseis anos, o orçamento mais que dobrou. Após a criação da UFFS, em apenas um ano (2017), houve redução na receita prevista. E embora o crescimento anual seja visível, este se torna mais vigoroso a partir de 2010, justamente o ano em que o *campus* da UFFS iniciou suas atividades. É plausível supor que esse crescimento não se deve única e exclusivamente à universidade; contudo, é impossível negar os efeitos desta sobre as finanças municipais.

25. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y9v8d88r>>. Acesso em: 2 jan. 2020.

Convém ressaltar ainda os investimentos realizados no *Campus* Laranjeiras do Sul em obras. De acordo com o *Relatório de Gestão 2009-2019* da UFFS, os recursos gastos com o *campus* atingiram, até 2019, o montante de R\$ 36.601.546,08, sendo que R\$ 775.100,59 se referem a obras ainda em execução (UFFS, 2019a).

A infraestrutura existente conta atualmente com um prédio de 4.925,06 m² (bloco A), um prédio de 2.522,74 m² (bloco docente/administrativo), três prédios que totalizam 3.451,53 m² (blocos de laboratórios), um prédio de 2.328,28 m² (restaurante universitário), um prédio com 315,65 m² (centro vocacional tecnológico) e um galpão medindo 515,37 m² (galpão de maquinários agrícolas). Além disso, há central de resíduos, abrigo para veículos oficiais, central de reagentes (almoxarifado), abrigos de ônibus, cercamento das áreas experimentais e demais investimentos em infraestrutura elétrica, abastecimento de água, pavimentação, terraplanagem e drenagem, telecomunicações, entre outros exemplos (UFFS, 2019a).

Há de registrar-se, ainda, importantes parcerias e ações que permitem inserção significativa da universidade com a comunidade regional. No primeiro momento, cabe o destaque da parceria entre a UFFS e o Assentamento Oito de Junho. A sessão de abertura da I Coepe deu-se nas instalações do próprio assentamento. Ademais, no primeiro processo licitatório para a gestão da cantina universitária, o vencedor foi o mesmo assentamento (Krajevski, 2018). Aliás, a área que abriga o *campus* foi adquirida em parte com recursos de quatro prefeituras municipais da região: Laranjeiras do Sul, Nova Laranjeiras, Porto Barreiro e Rio Bonito do Iguaçu. Outra parte foi cedida pelo Incra com o Assentamento Oito de Junho (*op. cit.*).

Diversas ações foram promovidas pelo *campus* nesses primeiros anos de funcionamento. Destacam-se o Seminário de Integração entre a UFFS e a Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul, em 2013; a parceria entre a UFFS e as secretarias de educação regionais, em 2017; a I e a II Coepe; o I Seminário de Integração Comunidade Regional da UFFS/*Campus* Laranjeiras do Sul; além de várias cooperações técnicas e audiências públicas, jornadas universitárias em defesa da reforma agrária, múltiplas parcerias com entidades e movimentos regionais, entre outros exemplos.²⁶

Dessa maneira, os resultados aqui examinados são promissores. Muito embora a UFFS tenha pouco tempo de existência, a universidade tem proporcionado inúmeras ações que impactam não apenas Laranjeiras do Sul, mas também boa parte do Território Cantuquiriguaçu. Ainda que a conjuntura nacional tenha acarretado contenção dos gastos e redução dos investimentos públicos, as atividades desenvolvidas pela UFFS permitem esboçar um futuro melhor para a região.

26. Disponível em: <<https://bit.ly/3l1ekD>>. Acesso em: 8 jan. 2020.

Esse desenvolvimento regional se torna ainda mais meritório se a UFFS estiver associada aos anseios da sociedade regional.

5 CONCLUSÕES

O pouco dinamismo econômico da região reflete-se, ao longo do tempo, no baixo desenvolvimento da Cantuquiriguaçu. A instalação de um *campus* da UFFS na região representa uma mudança significativa a médio e longo prazo. Não significa que a universidade trará, como consequência imediata, um desenvolvimento equilibrado entre os municípios do território, ou, ainda, indicadores semelhantes às médias paranaenses. Contudo, considerando-se o relativo atraso da região, a relevância da UFFS é notória.

Os resultados demonstrados apontam que a UFFS notadamente possui um compromisso com o desenvolvimento regional. Os regramentos internos da universidade mostram isso. Mas é importante ressaltar que há elementos que indicam que esse comprometimento não está apenas em textos institucionais. O processo seletivo que valoriza o período de escola pública do candidato denota certo engajamento da UFFS com o perfil regional. Os projetos de pesquisa e extensão também vão nesse caminho, pois temas diretamente relacionados com a Cantuquiriguaçu estiveram no centro das atividades realizadas pelos docentes do *campus*.

Os efeitos da UFFS – *Campus* Laranjeiras do Sul sobre o desenvolvimento regional indicam uma relação satisfatória. A começar pelo número de cursos ofertados em regime presencial em Laranjeiras do Sul. Atualmente, é o único município do território que possui estudantes matriculados em cursos presenciais de nível superior. E aumentou consideravelmente o número de cursos e vagas nesse pouco tempo de existência, além da oferta de cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu*.

Para além dos resultados do campo acadêmico, outros aspectos devem ser considerados. De um lado, a injeção de recursos em município – e região – de pouco dinamismo econômico. Neste sentido, a “simples” introdução de recursos provenientes da universidade permite o aquecimento da economia local. De outro lado, e possivelmente de maior relevância, encontra-se a própria atuação da UFFS para além da dimensão econômica. Em território empobrecido, apesar das riquezas da região, a atuação da universidade vai para além dos recursos que a envolve.

Caberia à universidade a função articuladora, buscando conciliar interesses de diferentes sujeitos sociais diante do desafio de desenvolver a região. Isso implica evidenciar que a UFFS poderia – diante do perfil socioeconômico regional, da falta de pujança econômica e da ausência de representatividade e força política do território – assumir uma conduta de liderança, de agente central em prol de Laranjeiras do Sul e região. Afinal, conforme visto anteriormente, a universidade

permanece como instituição diferenciada ao longo do tempo, com credibilidade e poder de influência.

Evidentemente, esse desafio de ser um promotor do desenvolvimento não é uma função descomplicada. Existe uma série de fatores que pode representar entraves ao desempenho da universidade no tocante ao desenvolvimento regional (burocracia, fragilidade na relação com a comunidade regional, conjuntura política e econômica, estagnação quanto à expansão do *campus*, necessidade de ampliar parcerias regionais, entre outros). Todavia, se foi possível anteriormente a união de esforços de sujeitos sociais distintos – durante o MPUF –, é verossímil supor que a universidade consiga desempenhar com êxito seu propósito de contribuir com o desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, N. Universidade nova no Brasil. *In*: SANTOS, B. S.; ALMEIDA FILHO, N. **A universidade no século XXI**: para uma universidade nova. Coimbra: Almedina, 2008. p. 107-259.

ALVES, U. Pesquisa acadêmica e desenvolvimento regional. *In*: **A universidade e o desenvolvimento regional**: seminário provido pelo Cetrede, com a colaboração da UFC, realizado no período de 5 a 8 de fevereiro de 1980, em Fortaleza. Fortaleza: Editora da UFC, 1980. p. 110-117.

AMARAL FILHO, J. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 23, p. 261-286, jun. 2001. Disponível em: <<https://bit.ly/3vl95rC>>. Acesso em: 23 dez. 2017.

BRAGA, T. M. Desenvolvimento local endógeno: entre a competitividade e a cidadania. **Estudos Urbanos e Regionais**, n. 5, p. 23-37, maio 2002. Disponível em: <<https://bit.ly/3j19ZV4>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: <<https://bit.ly/3mWRBxM>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

_____. Lei nº 12.029, de 15 de setembro de 2009. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 set. 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/2XbiBke>>. Acesso em: 1º jun. 2017.

_____. Medida Provisória nº 914, de 24 de dezembro de 2019. Dispõe sobre o processo de escolha dos dirigentes das universidades federais, dos institutos federais e do Colégio Pedro II. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 dez. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3lJdkty>>. Acesso em 4 de jan. 2020.

CABUGUEIRA, A. C. C. M. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local. Análise de alguns aspectos de política econômica regional. **Gestão e Desenvolvimento**, n. 9, p. 103-136, 2000. Disponível em: <<https://bit.ly/3mTdJt4>>. Acesso em: 23 dez. 2017.

CASTRO, I. S. P. *et al.* O papel da terceira missão em regiões periféricas: o caso do apoio da Universidade Federal do Pará ao Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (2009-2015). *In*: SERRA, M.; ROLIM, C.; BASTOS, A. (Org.). **Universidades e desenvolvimento regional: as bases para a inovação competitiva**. Rio de Janeiro: Ideia D, 2018. p. 158-188.

CHAUÍ, M. Sociedade, universidade e estado: autonomia, dependência e compromisso social. *In*: UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **A universidade na encruzilhada: seminário universidade – por que e como reformar?** Brasília: Unesco, nov. 2003, p. 67-76. Disponível em: <<https://bit.ly/2YNOjFi>>. Acesso em: 26 dez. 2017.

DINIZ, C. C.; VIEIRA, D. J. Ensino superior e desigualdades regionais: notas sobre a experiência recente do Brasil. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 36, n. 129, p. 99-115, 2015.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. *In*: SACHS, W. (Org.). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 59-83.

FERNANDES, R. **Impactos locais e regionais da Universidade do Porto**. 2011. 137 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Universidade do Porto, Porto, 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/3j585Tt>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

FOCHEZATTO, A. Desenvolvimento regional: novas abordagens para novos paradigmas produtivos. *In*: CONCEIÇÃO, O. A. C. *et al.* (Org.). **O ambiente regional (três décadas de economia gaúcha)**. Porto Alegre: FEE, 2010. v. 1. p. 160-192. Disponível em: <<https://bit.ly/2YPR7lj>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 16. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

_____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2009. 234 p.

_____. *In*: D’AGUIAR, R. F. (Org.). **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2013. 528 p.

GÓMEZ, J. M. Crítica ao conceito de desenvolvimento. **Revista Pegada**, v. 3, n. 1, p. 1-13, 2002. Disponível em: <<https://bit.ly/3IHgCOc>>. Acesso em: 11 dez. 2019.

GOULARTI FILHO, A. A questão regional no Brasil: uma introdução ao debate. *In*: THEIS, I. M. (Org.). **Desenvolvimento e território**: questões teóricas, evidências empíricas. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

HARVEY, D. **Spaces of global capitalism**. London: Verso, 2006.

_____. **Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo**. Quito: Editorial Iaen, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional do Brasil**: em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2XiX89e>>. Acesso em: 3 jan. 2020.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Assentamentos**: informações gerais. Brasília: Incra, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3lKcEEen>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Caderno estatístico – município Laranjeiras do Sul**. Curitiba: IparDES, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3lQQxwl>>. Acesso em: 2 jan. 2020.

KRAJEVSKI, L. C. **A importância da UFFS/ Campus Laranjeiras do Sul (PR) e o desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu**. 2018. 434 f. Tese (Doutorado) – Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3j5sGHR>>. Acesso em: 20 set. 2019.

LECLERC, M. A universidade de Quebec: um objetivo de acessibilidade e de regionalização. *In*: SEMINÁRIO SOBRE UNIVERSIDADE *MULTICAMPI*: A UNIVERSIDADE A SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2., 1986, Salvador. **Anais...** Québec: Université du Québec, jun. 1986.

LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LIBERATO, R. C. Revisando os modelos e as teorias da análise regional. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 18, n. 29, p. 127-135, 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/2YQJevV>>. Acesso em: 8 abr. 2016.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MINOGUE, K. **O conceito de universidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

MOHR, N. E. R. *et al.* A expansão das fronteiras da educação pública superior: uma análise da experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul em Laranjeiras do Sul. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 93, n. 235, p. 791-817, dez. 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/3vict6E>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

MUSSOI, A. B. **Território federal do Iguaçu**: perspectivas para o desenvolvimento regional. Laranjeiras do Sul: Cantu, 2015.

RAMPAZO, A. V. **O simbolismo das identidades naufragadas no território Cantuquiriguaçu**. 2009. 195 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

RIBEIRO, D. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

RICKEN, I. A universidade a serviço do desenvolvimento regional. *In*: SEMINÁRIO SOBRE UNIVERSIDADE *MULTICAMPI*: A UNIVERSIDADE A SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2., 1986. Salvador. **Anais...** Québec: Université du Québec, jun. 1986.

ROLIM, C.; SERRA, M. Instituições de ensino superior e desenvolvimento regional: o caso da região norte do Paraná. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 35, n. 3, p. 87-102, 2009.

SANTOS, B. S. Da ideia de universidade à universidade de ideias. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 27/28, p. 11-62, jun. 1989.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, S. C. A geração hídrica de eletricidade no sul do Brasil e seus impactos sociais. **Etnográfica**, Lisboa, v. 7, n. 1, p. 87-103, 2003. Disponível em: <<https://bit.ly/3FPIGqD>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

SAÚDE, S. *et al.* O impacto socioeconômico do Instituto Politécnico de Beja no concelho de Beja. *In*: SAÚDE, S. *et al.* **Os impactos socioeconômicos do ensino superior**: um retrato a partir de estudos de caso de Portugal e Espanha. Lisboa: Edições Sílabo, 1º jan. 2014.

SILVA FILHO, A. L. **O papel da universidade no desenvolvimento regional**. Fortaleza: BNB, 1977.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Tradução de Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

THEIS, I. M. A dinâmica espacial recente da economia catarinense. *In*: MATTEI, L.; LINS, H. N. (Org.). **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó: Argos, 2010.

TREMBLAY, G.; VIEIRA, P. F. (Org.). **O papel da universidade no desenvolvimento local: experiências brasileiras e canadenses**. Florianópolis: Aped; Secco, 2011.

TREVISOL, J. V.; LÓ, M. (Org.). **Educação e política: movimentos sociais e participação no processo de criação da UFFS**. Chapecó: UFFS, 2015. Formato DVD.

TROTSKY, L. **A história da revolução russa**. Tradução de E. Huggins. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

UFFS – UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (Coepe): construindo agendas e definindo rumos – documento-base**. Chapecó: UFFS, 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/3FPaeMS>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

_____. **Edital nº 162/UFFS/2011: processo seletivo UFFS 2012**. Chapecó: UFFS, 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/3pxN7R0>>. Acesso em: 9 jan. 2020.

_____. **Estatuto da Universidade Federal da Fronteira Sul**. Chapecó: UFFS, 13 out. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/3p6opY3>>. Acesso em: 6 jun. 2017.

_____. **Relatório de Gestão 2016**. Chapecó: UFFS, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3DXOD30>>. Acesso em: 29 nov. 2019.

_____. **Relatório de Gestão 2017**. Chapecó: UFFS, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3AZDLzN>>. Acesso em: 29 nov. 2019.

_____. **Relatório de Gestão 2018**. Chapecó: UFFS, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2XyIbA0>>. Acesso em: 29 nov. 2019.

_____. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó: UFFS, 2019a. Disponível em: <<https://bit.ly/3mX1uLX>>. Acesso em: 8 jan. 2020.

_____. **Relatório Semestral de Atividades – 2019.01**. Chapecó: UFFS, 2019b. Disponível em: <<https://bit.ly/3najz9v>>.

VILA, L. E. Abordagens micro e macro para o papel das universidades no desenvolvimento regional. *In*: SERRA, M.; ROLIM, C.; BASTOS, A. P. (Org.). **Universidades e desenvolvimento regional: as bases para a inovação competitiva**. Rio de Janeiro: Ideia D, 2018. p. 83-122.

ZWARICZ, J. **Geografia econômica da implantação da usina hidrelétrica Governador Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo) – PR**. 214 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, Guarapuava, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HOFF, D. N.; MARTIN, A. S. S.; SOPEÑA, M. B. Universidades e desenvolvimento regional: impactos quantitativos da Unipampa e Sant'Ana do Livramento. **Revista Rredes**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 3, p. 157-183, nov. 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/3lIZua>>.